

A RELAÇÃO ENTRE O CONSUMO E A ESCASSEZ DOS RECURSOS NATURAIS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

VINÍCIUS FERREIRA BAPTISTA^{1*}

¹Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, RJ, Brasil; *viniciusferbap2007@hotmail.com
Praça da República, 50, Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20211-350.

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade compreender o impacto do consumo na escassez dos recursos naturais. Para isto foram abordadas três fases históricas da humanidade que abrangem as diferentes formas as quais os seres humanos se utilizavam daquilo o que era retirado do meio ambiente. A primeira fase compreende o chamado período Neolítico, ocorrido há cerca de 10 mil anos, com a descoberta da Agricultura, por volta de 7 mil anos atrás e a Revolução Agrícola, quando o ser humano vivia em uma economia de subsistência e como nômades. A segunda fase se inicia no momento em que o ser humano entende que aquelas matérias-primas retiradas da natureza poderiam ser transformadas em produtos úteis, abrangendo o século III com o Feudalismo, o Mercantilismo, a transição ao Capitalismo a partir do séc. XVIII com a Revolução Industrial, que impulsionou de forma intensa e irracional o consumo pelos recursos naturais, causado pelo crescimento exponencial da população humana e pela crescente demanda por alimentos. A terceira e última fase compreende a cultura do consumismo, na qual a sociedade atual está inserida, de forma que o consumo é incentivado com o propósito de estimular o progresso de uma nação, com o meio ambiente ao serviço do bem-estar da humanidade.

Palavras-chave: Consumo; Padrões de Consumo; Recursos Naturais; Sociedade; Ser Humano.

THE RELATION BETWEEN CONSUMPTION AND SCARCITY OF THE NATURAL RESOURCES: AN HISTORICAL APPROACH

ABSTRACT

This article aims to understand the impact of consumption in the scarcity of natural resources. For this we addressed three historical stages of mankind that cover the different forms, which humans have used what was removed from the environment. The first phase starts with in the Neolithic Age, which occurred about 10 thousand years ago, with the discovery of agriculture, about 7 thousand years ago, and the Agricultural Revolution, when humans lived in a subsistence economy and as nomads. The second phase begins when the human being believes that these raw materials from nature could be transformed into useful products, covering the 3rd century, with feudalism, mercantilism and the transition to capitalism until the 18th century, with the Industrial Revolution, which drove in an intense and irrational consumption of natural resources, caused by the exponential growth of human population and the increasing demand for food. The third and final stage involves the culture of consumerism, in which modern society is located, so that the consumer is encouraged in order to promote the progress of a nation with the environment to serve the well being of humanity.

Keywords: Consumption, Consumption Patterns, Natural Resources, Society, and Human Being

ESTADO DA ARTE

O ser humano vem passando por diversas transformações sociais, culturais, tecnológicas, políticas etc, ao longo dos anos. Sua idealização sobre o meio ambiente sofreu radicais mudanças nesses últimos cinquenta anos. A forma como ele interage com o ambiente que o cerca, do qual faz parte e de onde retira tudo o que necessita para sobreviver também mudou. Ele entendeu que era

necessário mudar sua relação com o meio ambiente. Entretanto, ainda não conseguimos mudar os padrões de consumo da nossa sociedade, de forma a racionalizar a utilização dos recursos naturais, para que possamos garantir a existência desses bens que, cada vez vão se tornando mais escassos.

Para que se possa entender a relação que existe entre o consumismo e a crise ambiental, particularmente acerca da escassez dos recursos

naturais, são necessárias abordagens em três diferentes épocas, nas quais o uso dos recursos pelos seres humanos era realizado de formas completamente distintas.

Nesse aspecto humanidade passou por três fases bem diferentes. A primeira começou a partir da época da pré-história, aonde se entendia que os recursos naturais retirados da natureza eram unicamente para o fim de sobrevivência humana.

A segunda fase compreende a partir do momento em que o ser humano adquire os conhecimentos suficientes para transformar as matérias-primas em produtos úteis que poderiam gerar e acumular capital, compreendendo a partir da fase do feudalismo, o mercantilismo até a transição ao capitalismo, com a reativação do comércio a partir do século XIV, após as epidemias que assolaram a Europa, chegando à mecanização da produção com a Revolução Industrial (PETTA & OJEDA, 2003).

A terceira e última fase, é a que vivemos atualmente. É a fase da procura pelo bem-estar, pela obrigação extrema de saciar necessidades criadas pelos outros em nós e pela substituição de emoções e sentimentos imateriais em troca da aquisição de bens materiais, a fim de que se possa supri-los de maneira mais rápida e prática possível. Em outras palavras, é a cultura na qual fomos obrigatoriamente inseridos e que ainda impera e regula nossas vidas: o consumismo.

A PRÉ-HISTÓRIA E A REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

A primeira fase que compreende este artigo é a fase que abrange desde a pré-história até o século III. Ela envolve o momento inicial em que o homem passa a se utilizar daquilo o que está disponível no ambiente com o qual convive.

Há milhares de anos atrás o ser humano utilizava os recursos naturais exclusivamente como meio de subsistência, sem outras intenções. Ele ainda não tinha o conhecimento necessário para transformar em bens aquilo o que possuía em mãos. Era apenas questão de sobreviver.

Há aproximadamente 10 mil anos, a população humana era cerca 10 milhões e as pessoas viviam como grupos de caçadores e coletores nômades. Em algumas regiões a população já tinha começado a exceder as plantas e a caça até então abundantes (MEADOWS *et al.*, 2007).

Meadows *et al.* (2007) citam que para se adaptarem à situação do desaparecimento dos recursos naturais, uma parte da população intensificou seu estilo migratório de vida, enquanto que outra parte começou a domesticar

animais, cultivar plantas e a se assentarem em uma localidade.

Ainda se vivia da economia de subsistência, com famílias de produtores de pequena escala, mas que acreditavam que os recursos naturais eram abundantes e inesgotáveis e que eram consumidos de maneira desordenada.

(...) a maioria dos seres humanos ainda vivia em pequenos bandos de caçadores ou como agricultores de subsistência, sobrevivendo de colheita em colheita, ganhando a vida com o solo. (FAGAN, 2009, p. 11).

A Revolução Agrícola permitiu que o ser humano deixasse de ser caçador e coletor, transformando-se em produtor de seu alimento. Os seres humanos começaram a praticar a agricultura, a domesticar animais, a criar as primeiras instituições, levando a um processo que fez surgir as grandes civilizações da Antiguidade.

Segundo Petta e Ojeda (2003), a descoberta e o natural domínio da agricultura permitiram aos grupos humanos a fixação em um só local, o que causou o incremento da agricultura e a criação de animais, melhorando as condições de vida, provocando um crescimento da população, o que tornou os grupos muito mais numerosos. Conseqüentemente aumentou-se a complexidade das tarefas e das relações humanas.

As idéias de riqueza, status, herança, comércio, dinheiro e poder nasceram ao passo em que se fez sentido possuir suas próprias terras e as pessoas puderam então acumular bens. Algumas conseguiam acumular mais que outras, passando a viver do excesso de alimentos produzidos por outras.

Contudo, assim que o homem e a sociedade foram evoluindo, gerando conhecimento, entendendo que os recursos naturais poderiam ser utilizados e transformados em bens possivelmente úteis às suas necessidades, as coisas foram mudando.

Ainda segundo Meadows *et al.* (2007, p.267), “as pessoas que não se afastaram dos resíduos gerados por eles próprios experimentaram a primeira poluição crônica da humanidade”, uma vez que os produtores agrícolas ficaram expostos a aspectos que até então os nômades jamais foram vulneráveis, como por exemplo o clima, doenças, pestes etc.

Convém entender que o ser humano não tinha conhecimentos sobre a utilização dos recursos naturais. Ele apenas se servia da natureza para suprir as suas necessidades básicas de alimentação e higiene, de forma que pudesse sobreviver.

DO SÉCULO III AO SÉCULO XVIII: DO FEUDALISMO À REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Seguindo alguns séculos adiante, as estruturas feudais começaram a se desenvolver no século III, no contexto da crise romana. A economia feudal ainda se baseava na mesma estrutura até então apresentada: a atividade agrícola e a terra como principal fator de riqueza. Nos feudos praticavam-se a agricultura, a caça e a criação de animais.

A atividade agrícola e a terra como principal fator de riqueza eram as bases da economia feudal. A sociedade era formada pelos proprietários (nobre e clero) e pelos trabalhadores (servos). O trabalho dos servos sustentava a estrutura feudal (PETTA & OJEDA, 2003). A capacidade produtiva, no entanto, ainda era relativamente muito baixa para atender a uma população que estava crescendo exponencialmente.

A crise do feudalismo ocorreu por diversos motivos. No final do século XIII a Europa viveu um processo de crescimento demográfico intenso (devido ao aumento da produção agrícola), o que acarretou em problemas para a agricultura, uma vez que não havia mais terras para cultivar, causando a falta de alimentos, assim como o avanço das técnicas agrícolas, substituindo a madeira pelo ferro na fabricação de instrumentos e a melhor utilização da força motriz das águas correntes e dos animais e também a Peste Negra, que dizimou grande parte dos trabalhadores (PETTA & OJEDA, 2003).

O início do capitalismo como sistema econômico-social remonta à última fase do feudalismo, levando-se em conta que o mercantilismo serviu de ponte nessa transição (PETTA & OJEDA, 2003).

O mercantilismo foi um conjunto das teorias e práticas de intervenção econômica, surgidas na Europa a partir do século XV, tendo como idéia-chave que o governo deve intervir na atividade econômica para aumentar a riqueza nacional. Quanto mais rico fosse o país, mais forte ele seria. Suas principais ideais são a exportação superior à importação, mantendo a balança comercial em superávit, além manutenção de taxas que desestimulassem as importações, defendendo a produção nacional a partir de incentivos à artigos que concorriam vantajosamente no mercado internacional. Para isto o Estado deveria interferir na economia, o que era aceito e incentivado pelos comerciantes, porque criava condições favoráveis à produção e à exportação de mercadorias (PETTA & OJEDA, 2003).

O mercantilismo foi um dos primeiros passos para o aumento da produção. Não no sentido de atender a um mercado consumidor, mas no sentido de aumentar a riqueza em

circulação dos comerciantes e o poder dos reis, por meio do incentivo ao comércio. O incremento do comércio aumentou a busca por produtos manufaturados e para atender às pressões do mercado, os capitalistas procuravam intensificar a produção e nesse processo surgiu a máquina e o sistema de fábrica.

No século XVIII ocorreu a Revolução Industrial. O principal objetivo da mecanização industrial era transferir para as máquinas a execução da produção. O mecanismo de produção foi transferido das pessoas para a máquina pela mecanização do trabalho, tirando do ser humano a possibilidade de transformação da matéria-prima em objeto útil (PETTA & OJEDA, 2003).

Baratear os custos da produção e ampliar as margens de lucros foram os motivos pelos quais as máquinas industriais foram criadas. Durante o século XVIII muitas invenções e aperfeiçoamentos foram realizados, no entanto, o maior símbolo da Revolução Industrial era a máquina a vapor.

A Inglaterra era o país mais rico da Europa e sua agricultura a mais produtiva. Possuía base econômica, capital e demanda de mercado para substituir a agricultura pelos produtos manufaturados, além de deter os recursos energéticos necessários (carvão). Ela foi pioneira na industrialização, pois concentrava condições favoráveis para o desenvolvimento da produção industrial (PETTA & OJEDA, 2003), promovendo a passagem de uma economia agrícola para uma economia industrial em todo o mundo.

A população cresceu abruptamente nesse século, provocando a necessidade de uma agricultura mais eficiente. A mecanização agrícola acelerou a produção, reduziu os custos com mão-de-obra e barateou os produtos, aumentando ainda mais a demanda. A crescente necessidade de roupas e demanda por alimentos não era mais suprida pela produção tradicional, provocando também a mecanização do setor têxtil e a criação de novas técnicas de uso da água, do carvão e do vapor, que impulsionaram a atividade industrial.

Os comerciantes achavam que o ritmo de trabalho dos artesãos era lento demais, e queriam mais mercadorias para vender, para isso a saída para aumentar a produtividade sem depender do conhecimento do artesão sobre o processo de produção era a máquina, o mecanismo que traria a independência do patrão em relação ao trabalhador.

Petta e Ojeda afirmam que “atualmente não existem dúvidas de que a principal função das máquinas é substituir o trabalhador como o elemento mais importante da produção” (PETTA & OJEDA, 2003, p. 131).

Atender o consumo de uma população em constante crescimento exponencial foi o fator principal das intervenções tecnológicas que permitiram a Revolução Industrial. Até então os recursos naturais utilizados pelos seres humanos eram para subsistência e para suprir a atividade agrícola, até então causadora de baixos impactos ambientais e que utilizava pouco os insumos retirados do meio ambiente.

Nessa época predominava a teoria do *malthusianismo*. Teoria exposta por Thomas R. Malthus¹ a qual tentava demonstrar, que enquanto a produção mundial de alimentos cresce em progressão aritmética (isto é, uma série do tipo 1, 2, 3, 4, 5 etc), a população aumentava em progressão geométrica (2, 4, 8, 16, 32, 64 etc), sendo previsível a chegada do momento em que os recursos alimentares não seriam suficientes para nutrir toda a humanidade.

¹Thomas R. Malthus, em sua principal obra, *Ensaio sobre os Princípios da População (1798)*, expõe a teoria de que a humanidade tende a se reproduzir de maneira mais rápida que o incremento dos meios de subsistência, motivo pelo qual se prevê uma defasagem que somente pode ser evitada acrescentando aos meios naturais (guerras, epidemias etc.) obstáculos preventivos para a expansão demográfica (abstenção sexual, matrimônios tardios). Fonte: *Enciclopédia Novo Século*, 2002, p. 1423-1424.

As teses *malthusianas* apareceram em momentos de preocupação social pelo grande crescimento industrial e demográfico pelo qual passava o Reino Unido. Essas teses são até hoje duramente combatidas por aqueles que acreditam que o avanço tecnológico permitirá sempre a obtenção de alimentos suficientes para nutrir a população humana, qualquer seja o seu número.

Meadows *et al* afirmam que “o sucesso da revolução industrial criou sua própria escassez não apenas de animais de caça, terras, combustíveis e metais, mas também da capacidade de suporte do meio ambiente global” (MEADOWS *et al*, 2007, p. 269).

A partir da Revolução Industrial, com o incentivo ao capitalismo e à produção em larga escala, principalmente para atender à crescente população, começou uma intensa e desenfreada utilização dos recursos naturais, tornando a relação entre os seres humanos e a natureza baseada no mais claro sentido de instrumentalismo.

A SOCIEDADE DO CONSUMO: CONSUMIR PARA SE DESENVOLVER

Vivemos atualmente numa sociedade que possui uma visão distorcida sobre o que seria o desenvolvimento de um país ou de uma sociedade. Qualquer sugestão que limite esse desenvolvimento traria o tão amargo regresso. A questão acerca do desenvolvimento sustentável é se ele atrapalha ou não o crescimento e o desenvolvimento econômico de uma nação.

A abordagem não deveria limitar-se somente na questão de que se quer impedir ou não a industrialização e o conseqüente crescimento e desenvolvimento de um país – este é o principal argumento daqueles que são radicalmente a favor do crescimento a qualquer custo. O que importa a esses pensadores é o acúmulo de riquezas.

A incompatibilidade nesse desenvolvimento está no embate entre a preservação e conservação ambiental e o consumo exagerado, agravado pelo interesse do acúmulo de riquezas, muito das vezes concentrado por poucos. Não é somente enriquecendo quantitativamente que um país cresce, mas, sobretudo qualitativamente, como por exemplo, melhorando a educação, ofertando saneamento básico etc, objetivando a melhoria contínua do meio ambiente dos seres humanos, oferecendo-lhes qualidade de vida. Esse seria o verdadeiro desenvolvimento de uma nação.

O pensamento acerca do meio ambiente era de que a natureza serve ao bem-estar do ser humano, tornando-a um fim e não meio para o seu alcance. Perdemos a noção de que a humanidade faz parte da natureza como qualquer outro ser vivo com os quais compartilhamos o planeta. Não somos soberanos à natureza, pelo contrário, participamos e dependemos dela para tudo.

Há uma desarmonia e desequilíbrio no ambiente em que vivemos. Causamos um impacto ambiental significativo, conseqüência da demanda excessiva por alimentos, moradia, energia, produção industrial e transporte (PANAROTTO, 2008). Frutos do crescimento populacional constante que vem gerando uma grande problemática ao meio ambiente, pois o raciocínio é lógico: quanto maior a população humana, maior o consumo de alimentos e recursos naturais e, é claro, maior também é a geração de resíduos.

Esses recursos escassos são amplamente utilizados por muitas empresas, sem qualquer tipo de controle, esgotando as bases de recursos naturais como lagos, rios, o solo etc. Essas mesmas organizações são responsáveis também pela degradação ambiental, que além de destruir o ambiente natural que envolve o ser humano, também compromete o ciclo de recuperação próprio da água, do ar e do solo.

Os seres humanos, em seu cotidiano, precisam satisfazer a uma série de necessidades, sem as quais não seria possível sobreviver. Essas

necessidades se materializam sob a forma de alimentos, vestuário, habitação, transporte, higiene, beleza, comunicação etc. Tais necessidades são permanentemente renovadas, possibilitando a continuidade da satisfação humana. Para isto, diversos bens precisam ser produzidos e diversos serviços prestados.

Ao focarmos na necessidade maior por bens de consumo, devemos levar em conta que o consumo excessivo gera desperdício. De acordo com Panarotto (2008) entendem-se dois tipos de consumo: o consumo por necessidade e o de significado simbólico. O consumo simbólico é aquele em que o ser humano tende sempre a desejar um novo modelo de produto sem ter em vista sua real finalidade. Esta seria a base da cultura consumista na qual estamos inseridos.

Um dos objetivos do desenvolvimento socioeconômico e do crescimento econômico é a produção de bens e serviços, destinados à procura de um mercado consumidor, o que justificaria os investimentos planejados pelos departamentos de marketing das empresas em função do número de consumidores e usuários em potenciais, e não de seres humanos (MILARÉ, 2007).

O aumento de consumo e a ampliação do mercado são justificados pelo intuito de se alcançar um nível de vida digno e satisfatório, assim como o bem-estar que se deseja atender a toda população, objetivando o atendimento à demanda de bens e serviços necessários ao desenvolvimento humano (MILARÉ, 2007).

O problema se origina a partir do momento quando se enfrenta o culto do consumismo e a criação de necessidades desnecessárias. Vale destacar um dos objetivos centrais do Marketing que seria o de criar necessidades aonde não existem, induzindo o consumidor a adquirir algo físico ou a utilizar um serviço, sem que ele ainda tenha pensado em fazer isso, e que então aja por impulso.

Os seres humanos tentam preencher necessidades reais, porém imateriais, como de identidade, aceitação, auto-estima, amor, alegria, com coisas materiais. Com isso se estabelece uma vontade sem fim por soluções falsas para suprir desejos jamais satisfeitos.

Então se entende o porquê da dificuldade em se ter uma vida materialmente moderada, quando se está inserido em um sistema que espera, induz e recompensa o consumo. Cria-se uma economia em que o meio ambiente serve ao bem-estar, tornando-se um fim e não um meio.

Esse consumo exagerado causa um verdadeiro efeito cascata, bem exemplificado por Cíntia Panarotto (2008), pois somado ao crescimento populacional, o consumo exagerado faz com que existam mais indústrias dispostas a atender a essa demanda. Conseqüentemente,

eleva-se o consumo de energia elétrica e matérias-primas, o que gera mais resíduos, causando maior impacto no meio ambiente.

A base de recursos como a água e o solo também diminuem, assim como os recursos não-renováveis, mais difíceis de serem repostos, a exemplo o petróleo e os minérios. Por fim, ao crescermos industrialmente, as cidades crescem, acarretando em maior poluição gerada pelos seres humanos e pela indústria.

A ALTERAÇÃO NOS PADRÕES DE CONSUMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Devemos refletir sobre a complexidade ambiental, questionando valores e percepções que movem as práticas sociais correntes, para que possamos mudar a forma de pensar e transformar o conhecimento e as atitudes das pessoas através de práticas educativas.

Os sistemas ecológicos e sociais que sustentam a sociedade atual não podem ser comprometidos por mudanças sociopolíticas que afetem negativamente o meio ambiente. O desenvolvimento sustentável representa essa garantia de não intervenção.

O debate público e científico sobre os riscos na sociedade atual deve ser estimulado, de forma a analisarmos os problemas ambientais. A sustentabilidade das ações humanas deve ser promovida através da consciência ambiental, implicando no ser humano a co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental.

A causa dos problemas ambientais não reside apenas nas empresas e no governo, mas também aos seres humanos, afinal somos nós quem modificamos as estruturas do planeta. Nós consumimos demais, retiramos demasiadamente recursos naturais sem levar em consideração sua carga de suporte e também desperdiçamos muito. A indústria por si só não é a causa ou a cura de todos os problemas.

Segundo Jacobi (2003), existe a demanda para que a sociedade esteja mais motivada a assumir um papel mais proposital, discutindo concretamente a falta de iniciativa dos governos na implementação de políticas norteadas na sustentabilidade e no desenvolvimento social, econômico e de responsabilidade ambiental.

O desenvolvimento sustentável se refere a estratégias para a sociedade, que deve levar em consideração tanto a viabilidade econômica como ecológica. A noção de desenvolvimento sustentável é imprescindível à necessária redefinição das relações entre a sociedade humana e a natureza. Ele é um processo no qual, de um lado, os vínculos mais relevantes estão

relacionados com a exploração dos recursos e a orientação do desenvolvimento tecnológico.

Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve fixar-se na superação dos déficits sociais, nas necessidades básicas e na alteração dos padrões de consumo, principalmente nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água (JACOBI, 2003, p. 195).

O desafio atual é o de formular uma educação ambiental, ao mesmo tempo crítica e inovadora, voltada à transformação social, norteadas em perspectivas holísticas de ação, relacionando o homem e a natureza, principalmente no que se refere à utilização dos recursos naturais. Deve-se entender que eles são finitos e o principal responsável pela sua degradação é o próprio ser humano.

A demanda mundial por alimentos e produtos industrializados entra em conflito com a capacidade de suporte do planeta. Não levamos em consideração isso também. Há recursos suficientes para abastecer uma população que quer mais e mais por muitos anos? Obviamente que não.

Retiramos recursos do meio ambiente sem pensar se continuarão a existir. E fazemos muito pouco para recuperá-los e mantê-los por mais tempo. Os utilizamos até o quanto pudermos, ao mesmo tempo em que estudamos alternativas para substituí-los antes que se esgotem.

É lícito especular e concluir que a degradação ambiental só não é maior porque mais da metade da população do mundo vive à margem da sociedade do consumo? Haverá determinação de, mesmo sob a justificativa da necessidade de ampliar o número de consumidores, promover-se fortemente a ampliação da população com acesso a bens de consumo? Isto será elevar a qualidade de vida? Qual o tamanho do impacto ambiental decorrente da ampliação de cada fração de 10% de novos consumidores em nível mundial (ZULAUF, 2000, p. 85)?

Zulauf (2000) aponta que um terço da população mundial, cerca de 2 bilhões de pessoas, compõe a sociedade de consumo, enquanto que outro terço se encontra à margem do consumo, a não ser para sobrevivência, e um outro terço vive uma situação intermediária, em ascensão ao privilegiado mundo dos consumidores.

O consumo inconsciente afeta negativamente grande parte dos envolvidos em seu processo. Além de não trazer a felicidade prometida, o consumo desordenado e excessivo é uma ilusão e utopia. Ninguém garante que grande

parte da população terá acesso a ele, porque na verdade, não tem ou jamais terá. Conseqüentemente, criam-se frustrações e conflitos sociais, por exemplo, roubos e violência, além de aumentar-se ainda mais a pobreza e a miséria.

O ato de consumir, cada vez em maiores dimensões, atualmente sintetizaria a felicidade. Fabricantes gastam exageradas quantias de dinheiro, para introduzir esses tais conceitos na população, atraídos pela necessidade de vender seus produtos. Entretanto, o consumo irresponsável coloca o planeta em risco.

Os recursos naturais são finitos. Eles se renovam à medida que são respeitados os ciclos biológicos de regeneração. A educação ambiental é a base que conscientizaria sobre isso. Ela faria com que o ser humano se sintisse parte da natureza, utilize o consumo sustentável, compreendendo o meio ambiente como um sistema em que se vive de se depende (PANAROTTO, 2008).

Com a Educação Ambiental entendemos que a natureza não é um depósito de recursos infinitos, pelo contrário, cabe a nós dosar a utilização e ajudar na recuperação, conservação e preservação dos recursos naturais, de modo que possamos atender às nossas necessidades atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Para nos desenvolvermos sustentavelmente é imprescindível educarmos a população sobre as nossas relações como o meio ambiente. Sobrevivemos graças aos recursos providos pela natureza. Se não entendermos que ao degradar o próprio ambiente em que vivemos e de onde retiramos tudo, estaremos apenas afetando e prejudicando ainda mais a nossa própria existência. Este é um motivo e tanto para mudarmos nosso pensamento sobre como utilizamos os recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a sociedade contemporânea vê o consumo como um indicativo de progresso, pois ele gera a industrialização e o conseqüente crescimento e desenvolvimento econômico. A problemática ambiental diz respeito aos recursos naturais que são utilizados como se fossem infinitos e a falta de preocupação sobre isso acarreta nos impactos ambientais.

Não é necessário abandonar o consumo para preservar os recursos naturais, particularmente o que seria inviável, até impossível. O desenvolvimento sustentável preconiza a mudança de hábitos e padrões de consumo a fim de suprir as necessidades da população, como por exemplo, moradia,

educação, saúde e alimentação. Mas isso não basta, é também imprescindível diminuir o desperdício e principalmente o consumo exagerado e inconsciente.

A educação ambiental com enfoque no desenvolvimento sustentável é necessária para a mudança desse paradigma antropocêntrico, que coloca o meio ambiente ao serviço do bem-estar da humanidade. Para muitos essa visão é usada como pretexto que visa unicamente o crescimento econômico como a razão de vida de uma nação.

O consumo de forma sustentável garante uma melhor qualidade de vida, pois é consequência da racionalização do uso dos recursos naturais, da diminuição dos desperdícios, o que acarretaria uma menor geração de resíduos, a fim de combinar os interesses ecológicos, econômicos e sociais de uma sociedade.

O consumidor é responsável pela preservação do meio ambiente e o consumo sustentável tem como objetivo fazê-lo repensar sobre suas escolhas, atitudes e visão de mundo, observando suas reais necessidades de consumo, para que se evite o desperdício e a produção excessiva de resíduos.

Ao longo dos séculos, na história da humanidade, foram observadas fases que caracterizaram os hábitos de consumo das sociedades. Deixamos uma cultura de subsistência adentrarmos em outra cultura que espera, mantém e induz o consumo. Não importa o que se consuma, apenas consuma, mesmo que seja por impulso, de preferência desta última forma, pois aí o consumidor não teria tempo para pensar. Afinal, se pensasse muito, ele não compraria. O problema aqui está no imediatismo do ser humano, o que fortalece o consumo inconsciente.

Um outro problema que a sociedade enfrenta é que o ser humano está substituindo seus sentimentos e emoções, como o amor, aceitação, felicidade, status e bem-estar, ou seja, bens imateriais, por bens materiais, sempre procurando suprir com objetos físicos desejos e sentimentos jamais satisfeitos.

Há muito tempo viemos consumindo de forma errada, retirando do meio ambiente os recursos naturais, sem relacionarmos a isso à capacidade de regeneração da natureza, o que já causa em muitos lugares a falta desses recursos. A água é escassa em muitos países, assim como os solos férteis à agricultura, sem falar dos indícios cada vez maiores do esgotamento das fontes de recursos não renováveis.

No entanto, estamos mudando. Ainda é pouco, pois ainda não diferenciamos a intenção e o gesto. Os seres humanos entendem que suas

atitudes predatórias de consumo prejudicam o planeta, mas ainda assim não mudam seus padrões de consumo. Enquanto não mudarmos os nossos padrões, a sociedade apenas estimula as indústrias a apostarem e induzirem ainda mais o consumo. É necessário que o ser humano mude para que ele possa mudar a visão das indústrias, que entendem o ser humano como um simples robô disposto a consumir cada vez mais e mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAGAN, Brian. **O aquecimento global: A influência do clima no apogeu e declínio das civilizações.** Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Larrouse, 2009.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP, n. 118, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>> Acesso em 14 de abril de 2009.

MEADOWS, Donella *et al.* **Limites do crescimento: a atualização de 30 anos.** Tradução de Celso Roberto Paschoa. Revisto por Maria Isabel Castro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco — doutrina, jurisprudência, glossário.** 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PANAROTTO, Cíntia. **O meio ambiente e o consumo sustentável: alguns hábitos que podem fazer a diferença.** Revista das Relações de Consumo. Disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br/procon/site/_upload/s/publicacoes/publicacao_5.pdf>

PETTA, Nicolina Luiza de; OJEDA, Eduardo Aparício de. **História: uma abordagem integrada.** Volume único. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Base).

ZULAUF, Werner E. **O meio ambiente e o futuro.** Estudos avançados 14 (39), p. 85- 100, 2000. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n39/v14a39a09.pdf>> Acesso em 10 de junho de 2009.

Recebido em / Received: 2010-05-03

Aceito em / Accepted: 2010-10-29